



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

**TERMO DE REFERÊNCIA- SRP  
PREGÃO ELETRÔNICO**

VALOR ESTIMADO PÚBLICO  
MENOR PREÇO

**FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE RAÇÃO DE PEIXE DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE PISCICULTURA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DO AMAPÁ.**

**AGOSTO/2025**



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....  | 3  |
| 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....                                    | 3  |
| 3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO .....  | 5  |
| 4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE .....                    | 5  |
| 5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....                                    | 5  |
| 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....                                      | 6  |
| 7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....                                     | 6  |
| 8. PROPOSTA.....   | 6  |
| 9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....                                    | 7  |
| 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....               | 8  |
| 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO..... | 8  |
| 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....                              | 8  |
| 13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....                                      | 10 |
| 14. MULTAS .....   | 11 |
| 15. GARANTIA DE EXECUÇÃO .....   | 12 |
| 16. FISCALIZAÇÃO .....   | 13 |
| 17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....                     | 12 |
| 18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....                       | 14 |
| 19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....                                     | 15 |
| 20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....  | 16 |
| 21. GARANTIA DOS MATERIAIS .....                                       | 16 |
| 22. MATRIZ DE RISCO .....  | 17 |
| 23. CONDIÇÕES GERAIS .....   | 18 |
| 24. ANEXOS.....  | 18 |



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de ração de peixe destinada à implantação de ações de piscicultura, na área de atuação da Codevasf, no estado do Amapá, distribuídos em 02 (dois) grupos, conforme descrito abaixo:

| Grupo 1 |   | Kit A.Q. – Ração                                  |                   |            |
|---------|---|---|-------------------|------------|
| ITEM    | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT/CATSER                                     | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
| 1       | Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 298907  | saco 25 kg        | 1.176      |
| 2       | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 298909  | saco 25 kg        | 4.900      |
| 3       | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 453430  | saco 25 kg        | 6.860      |
| 4       | Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm. Data de validade não inferior a 6 meses. | 232103  | saco 25 kg        | 6.860      |
| Grupo 2 |   | Kit A.Q. – Ração (Cota de até 25 % para ME e EPP) |                   |            |
| ITEM    | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT/CATSER                                     | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
| 5       | Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 298907  | saco 25 kg        | 24         |
| 6       | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 298909  | saco 25 kg        | 100        |
| 7       | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | 453430  | saco 25 kg        | 140        |
| 8       | Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm. Data de validade não inferior a 6 meses. | 232103  | saco 25 kg        | 140        |

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os grupos, será da seguinte forma:

- O grupo 1 é aberto para participação de todas as empresas.
- O grupo 2 é cota de até 25% para as microempresas e empresas de pequeno porte (Decreto 8.538/15, art. 8º).

1.1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**CATSER** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

### **3. FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

- 3.1 Forma de Realização: Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços
- 3.2 Valor estimado: Público
- 3.3 Critério de Julgamento: Menor Preço
- 3.4 Forma de Fornecimento: Parcial
- 3.5 Intervalo de Lances: 0,5%

### **4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**

- 4.1. Os equipamentos/materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no seguinte endereço, conforme local de entrega no Anexo II:  
  
Unidade Operacional II, Rodovia Duca Serra, nº 4339 A, Marabaixo, Macapá – AP, CEP 68900-000.
- 4.2. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

### **5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento ração de peixe destinada à implantação de ações de piscicultura, na área de atuação da Codevasf, no estado do Amapá, o transporte, a descarga dos bens no local de entrega, conforme distribuídos no item 1 deste Termo de Referência.
- 5.2. A descrição dos fornecimentos consta do Anexo II - Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3. A montagem dos equipamentos/materiais, supervisão de montagem e entrega técnica para a Codevasf fazem parte do Escopo de Fornecimento, quando especificado no Anexo II.
- 5.4. A descarga dos equipamentos e materiais no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio.
- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.
- 5.6. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.
- 5.7. A data da entrega dos equipamentos/materiais deve ser avisada via e-mail ou telefone com antecedência mínima de 3 (três) dias, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, isoladamente, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. As empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

### **6.3. CONSÓRCIO**

6.4. Não será permitida a participação de consórcio.

### **6.5. SUBCONTRATAÇÃO**

6.6. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

### **6.7. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADE COOPERATIVA**

6.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento não será obrigatório, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.2. Os custos de visita ao local onde serão instalados os equipamentos/materiais correrão por exclusiva conta do licitante.

7.3. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos/materiais objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência de Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, em Brasília/DF, nos telefones (61) 2028-4632, 2028-4658 ou 2028-4430.

## **8. PROPOSTA**

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;

b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras;

8.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.3. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.4. Para efeito do disposto no subitem acima, o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos/materiais, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A licitante será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.5. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, por grupo ou item, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

9.1. Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

### **9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.2.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.2.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos/materiais, que não restrinja os direitos da Codevasf e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos/materiais dentro das condições estabelecidas. A Codevasf poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo II deste Termo de Referência.

9.2.3. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de acordo com o grupo/item, conforme definido abaixo:

a1) Grupos 1 e 2: ração para alimentação animal;

- b) A comprovação da experiência deverá demonstrar fornecimentos conforme alínea "a" deste capítulo na quantidade mínima de 10% do quantitativo do grupo/item a que estiver concorrendo.

- c) É permitido ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todos em seu nome.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

### 9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no grupo/item da licitação que concorrer, não sendo de forma acumulativa.

## 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 1.912.320,00 (um milhão, novecentos e doze mil, trezentos e vinte reais), cotado no mês de julho de 2025, conforme indicado na Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas, constante do Anexo II deste Termo de Referência.

10.2. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, por se tratar de licitação em Sistema de Registro de Preços.

## 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO

11.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de emissão da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.

11.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 30 (trinta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 240 dias.

## 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, observados ainda o subitem seguinte:

a) 100% (cem por cento) após a entrega e montagem, se for o caso, no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para essa tarefa.

12.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.

12.3. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.

12.4. Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 21.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- 12.5. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 12.6. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 12.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
- O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 12.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 12.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 12.10. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 12.11. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 12.12. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 12.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 12.14. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 12.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 12.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- 12.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 12.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 12.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 21.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- AM = P x I, onde:  
AM = Atualização Monetária;  
P = Valor da Parcela a ser paga; e  
I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- $$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1$$
, onde:
- i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";  
d = Número de dias em atraso no mês "m";  
m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária
- 12.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 12.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

**13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

- 13.1. Caso ocorra assinatura da ordem de fornecimento, os preços permanecerão válidos pelo período de 1 (um) ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

**FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO (exemplo)**

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right]$$

**Onde:**

"R" é o valor do reajuste procurado

"V" é o valor contratual a ser reajustado

"I1" Refere-se ao índice IPA-EP-DI, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

"I0" Refere-se ao índice IPA-EP-DI, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

**Sendo:**

- Para todos os grupos do Anexo II:



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

IPA-EP-DI - código 1417005/1473840 - Suprimentos agropecuários.

- 13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste
- 13.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

**14. MULTAS**

- 14.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 14.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
- b) até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade – inexecução parcial**

| Inadimplências                                  | Grau de Penalidade | Percentual do valor do contrato |
|---|--------------------|---------------------------------|
| Execução parcial de até 80% do valor contratual | 01                 | 2%                              |
| Execução parcial de até 60% do valor contratual | 02                 | 4%                              |
| Execução parcial de até 40% do valor contratual | 03                 | 8%                              |
| Execução parcial de até 20% do valor contratual | 04                 | 10%                             |

**Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectiva penalidade**

|  | Cálculo da multa                             |
|--|--|
| Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal | 0,2% do valor contratual / por dia de atraso |



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

|   |  |
|---|--|
| do fiscal.  |  |
| Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido. | 0,5% do valor contratual / por dia de atraso |

- 14.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados nas Tabelas 01 e 02, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 14.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 14.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
  - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
  - Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – AE/GFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação da multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 14.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso
- 14.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados
- 14.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

## **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 15.1. Não será exigida Garantia de Execução.

## **16. FISCALIZAÇÃO**

- 16.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos/serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 16.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

- 16.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 16.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial, responsável pela execução do contrato.
- 16.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 16.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 16.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 16.9. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **17. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

- 17.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
  - 17.1.1. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
    - a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
    - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

17.1.2. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

17.1.3. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

17.1.4. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

17.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos/materiais rejeitados.

17.3. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica; e
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);

17.4. Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

17.5. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

17.6. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

17.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **18. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

18.1. O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:

18.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

18.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

18.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

18.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- 18.2 O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 18.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.
- 18.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitui as exigências do item 19.1.1 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

**19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. Após o encaminhamento da(s) Ordem(ns) de Fornecimento, a CONTRATADA fica obrigado a encaminhar para a contratante o cronograma de entrega do bem.

19.2. A CONTRATADA fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

19.2.1. A CONTRATADA, para demonstrar confiabilidade dos equipamentos/materiais a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente

19.2.2. A confiabilidade dos equipamentos/materiais será avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos/materiais com as características técnicas mínimas solicitadas no item.

19.3. A CONTRATADA deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022, da Lei nº 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

19.4. A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitada, catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos/materiais objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:

- a) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
- b) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- c) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.

19.5. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

**20. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

20.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

20.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

20.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

20.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

20.5. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

20.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

20.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

**21. GARANTIA DOS MATERIAIS**

21.1. A garantia do objeto deverá obedecer aos prazos definidos nas Especificações Técnicas – Anexo II, parte integrante deste Termo de Referência, assim como o estabelecido no Código Civil ou na garantia ofertada pelos fabricantes dos bens e materiais fornecidos, prevalecendo o que for maior.

21.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos/materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

21.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

21.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

21.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

21.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- 21.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 21.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento/material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 21.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 21.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos/materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 21.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**22. MATRIZ DE RISCO**

- 22.1. A matriz de risco está apresentada no anexo III deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta a execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na matriz de risco é da Codevasf.
- 22.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 22.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 22.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 22.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

- 22.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 22.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

### **23. CONDIÇÕES GERAIS**

- 23.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.

### **24. ANEXOS**

- 24.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas.
- Anexo II – Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas.
- Anexo III – Matriz de Risco
- Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

## ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos/materiais/insumos a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:**

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar foram aprovados por ato do Diretor da Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial, conforme consta do processo 59500.002775/2025-98.

### **Justificativas:**

#### **Da necessidade da contratação:**

A Codevasf tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da empresa coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas, desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias. As ações de revitalização têm por objetivo recuperar, preservar, conservar de forma sustentável a região das bacias hidrográficas dentro da área de atuação da Codevasf, tendo como objetivos promover a melhoria da qualidade da água, o aumento da quantidade da água e a melhoria nas condições socioambientais e econômicas. Dessa forma, as aquisições dos objetos da presente licitação visam a promoção do desenvolvimento territorial através da estruturação das atividades produtivas, permitindo gerar ocupação, trabalho e renda.

O fomento à geração de renda têm como objetivo proporcionar a inclusão no meio produtivo de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, de modo que sejam capazes de gerar sua própria renda de maneira digna e estável, e assim superar processos crônicos de exclusão social, numa perspectiva ainda de melhoria da qualidade de vida em ambiente salubre.

Sendo assim, diante de todo o exposto, ficam justificadas as razões necessárias e de interesse público para que seja contratado o fornecimento dos equipamentos e materiais constantes desta licitação.

#### **Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

As ações da Codevasf de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) tem como objetivo melhorar as condições de produção com incremento de trabalho e renda. Para se alcançar o objetivo proposto com um melhor custo-benefício, a solução mais adequada ao atendimento consiste na estruturação das atividades produtivas através da aquisição dos equipamentos/materiais constantes desta licitação, os quais foram selecionados considerando-se aqueles com melhor desempenho, versatilidade, aderência ao projeto/ação, custo-benefício e quantidade de fornecedores.

#### **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

Para elaboração dos valores estimados foram tomados como referência o Regimento Interno da Codevasf, Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME e Norma nº 440 - Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços da Codevasf, utilizando-se na pesquisa de preços contratações similares da Administração Pública, sítios eletrônicos, cotação com fornecedores e tabelas de referência quando disponíveis.

#### **Da adoção do Pregão Eletrônico:**



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. A modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns. A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro.

Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns.

O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

#### **Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

Justifica-se a opção de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços pela conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, atendimento a mais de uma Superintendência Regional da Codevasf através de adesão, flexibilidade para contratações ao longo do ano com vistas ao atendimento de demandas extras.

#### **Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços**

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso para a Administração Pública.

#### **Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):**

**Sim** – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas.

A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

#### **Justificativa da adoção do valor estimado público:**

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

#### **Critério de Julgamento:**

Menor preço, de acordo com Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

**Dos requisitos técnicos de aceitação das propostas:**

Os requisitos técnicos para aceitação das propostas, os quais compreendem o atendimento às especificações técnicas definidas e a apresentação de atestado de capacidade técnica, visam assegurar à Administração o alcance dos objetivos desta licitação. Na escolha das especificações técnicas priorizou-se equipamentos/materiais amplamente ofertados no mercado e que melhor atendem ao projeto/ação.

**Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):**

Os itens que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR foram selecionados conforme a complexidade dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, a fim de resguardar a Administração na seleção de empresas com experiência no fornecimento de itens relacionados ao objeto.

**Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em grupos:**

O agrupamento dos itens se justifica devido à complementariedade e interdependência destes quanto à sua aplicação nos processos produtivos aos quais se destinam, sendo necessários os conjuntos propostos para que as ações de apoio atinjam o seu objetivo de estruturar as atividades produtivas de forma efetiva. Isto posto, o agrupamento dos itens nesta licitação, proporcionará maior eficiência nas ações de apoio às cadeias produtivas, o que justifica a escolha pela licitação por grupo.

**Permissão para Participação de Consórcios:**

**Não** - Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos/materiais comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo conseqüentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

**Permissão para Participação de Sociedade Cooperativa:**

**Sim** - Justifica-se a participação de Sociedade Cooperativa quando o objeto licitado se enquadrar na atividade direta e específica para a qual a cooperativa foi constituída e estabelecida, tendo em vista possibilitar ampliação da competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração.

**Permissão Subcontratação:**

**Não** - Justifica-se tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste Termo de Referência

**Dos critérios de reajustamento de preços:**

Os critérios escolhidos para reajustamento de preços foram definidos conforme dispositivos legais vigentes e normativos internos da Codevasf. Para o índice setorial foi escolhido o que representa o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos bens a serem fornecidos.

**Garantia de Execução (caução):**

**Não.** Justifica-se por ser tratar de fornecimentos com pagamento à pronta entrega. A não exigência de garantia para contratos administrativos se justifica por facilitar o processo de contratação e promover a eficiência na administração pública, bem como agilidade e simplificação do processo.

**Garantia do Objeto:**

A garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, exigida para alguns itens (conforme Anexo II), se justifica pela necessidade de proteção do erário, com vistas a manter os equipamentos/materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

adicional para o Contratante em caso de defeitos ou vícios de fabricação dentro do período da garantia.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

**ANEXO II - PLANILHA DE QUANTIDADES, PREÇOS ORÇADOS E  
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

(salvo em separado)



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

### **ANEXO III - MATRIZ DE RISCO**

(salvo em separado)



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental**

## **Anexo IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(salvo em separado)

| Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR         |   |   |            |                         |                             |                     |
|---|---|---|------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba |   |   |            |                         |                             |                     |
| Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial                   |   |   |            |                         |                             |                     |
| ANEXO II  |   |   |            |                         |                             |                     |
| PLANILHA DE QUANTIDADES, PREÇOS ORÇADOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS     |   |   |            |                         |                             |                     |
| LOCAL DE ENTREGA: 11ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - AMAPÁ               |   |   |            |                         |                             |                     |
| Grupo 1   | Kit A.Q. – Ração                                  |   |            |                         |                             | 49 kits             |
| ITEM  | CATMAT  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE    | QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$)   |
| 1   | 298907  | Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 1.176                   | 127,05                      | 149.410,80          |
| 2   | 298909  | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 4.900                   | 94,05                       | 460.845,00          |
| 3   | 453430  | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 6.860                   | 94,20                       | 646.212,00          |
| 4   | 232103  | Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm. Data de validade não inferior a 6 meses. | saco 25 kg | 6.860                   | 90,03                       | 617.605,80          |
|   |   |   |            |                         |                             | <b>1.874.073,60</b> |
| Grupo 2   | Kit A.Q. – Ração (Cota de até 25 % para ME e EPP) |   |            |                         |                             | 1 kit               |
| 5   | 298907  | Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 24                      | 127,05                      | 3.049,20            |
| 6   | 298909  | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 100                     | 94,05                       | 9.405,00            |
| 7   | 453430  | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg | 140                     | 94,20                       | 13.188,00           |
| 8   | 232103  | Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm. Data de validade não inferior a 6 meses. | saco 25 kg | 140                     | 90,03                       | 12.604,20           |
|   |   |   |            |                         |                             | <b>38.246,40</b>    |
| <b>Valor Total</b>  |   |   |            |                         |                             | <b>1.912.320,00</b> |



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

|                          |   |
|--------------------------|---|
| PROCESSO:                | 59500.002775/2025-98  |
| OBJETO DA CONTRATAÇÃO:   | FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE RAÇÃO DE PEIXE DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE PISCICULTURA NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF, NO ESTADO DO AMAPÁ. |
| OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: | Contribuir para melhoria das condições de produção e permitir geração de trabalho e renda   |
| LOCAL DE EXECUÇÃO:       | AMAPÁ   |
| ÁREA/UNIDADE SUPRIDORA:  | AR/GDT/UJPA   |
| ÁREA/UNIDADE DEMANDANTE: | Brasília-DF, 08 de agosto de 2025   |

| Cód*  | Etapa de Contratação                          | Fator de Risco/Causa (devido a...)   | Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)                                 | Consequência (Ocasionalmente)  | Responsável pelo Risco (Alocação) | Probabilidade  | Impacto     | Nível de Risco (Residual) | Resposta - Tipo de Tratamento | Plano de Tratamento |
|-------|---|--|---|--|-----------------------------------|----------------|-------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------|
| RC001 | Gestão e fiscalização do contrato             | Variação cambial do dólar acima do previsto no item especificado no edital. A partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta. (Exemplo: Dólar na data de apresentação da proposta R\$ 5,65 terá uma variação aceitável de 20,85% totalizando um limite de R\$ 6,83 sem reequilíbrio contratual)      | Poderá ocorrer descumprimento de instrumentos contratuais                     | 1. Atraso na execução do contrato<br>2. Não entrega de bens ou serviços<br>3. Não implementação de ações   | Compartilhado                     | 3- Média       | 2- Pequeno  | Risco Moderado            | Aceitar                       |                     |
| RC002 | Gestão e fiscalização do contrato             | Variação da inflação (IPCA) - Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até a data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses anteriores a data de apresentação da proposta. Exemplo: proposta de novembro de 2020 e a inflação de maio de 2020 foi 1,88% e dezembro de 2019 de 4,52% corresponde uma variação de 40,42% | Poderá ocorrer descumprimento de instrumentos contratuais                     | 1. Atraso na execução do contrato<br>2. Não entrega de bens ou serviços<br>3. Não implementação de ações   | Compartilhado                     | 3- Média       | 2- Pequeno  | Risco Moderado            | Aceitar                       |                     |
| RC003 | Gestão e fiscalização do contrato             | Greve ou paralisações de órgãos reguladores ou fiscalizadores. Ex: Receita Federal   | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato<br>2. Não entrega de bens ou serviços<br>3. Não implementação de ações   | Compartilhado                     | 3- Média       | 2- Pequeno  | Risco Baixo               | Aceitar                       |                     |
| RC004 | Gestão e fiscalização do contrato             | Greve ou paralisações de fornecedores ou prestadores de serviço. Ex: Caminhoneiros, Fabricantes  | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atraso na execução do contrato<br>2. Não entrega de bens ou serviços<br>3. Não implementação de ações   | Contratada                        | 1- Muito baixa | 2- Pequeno  | Risco Baixo               | Aceitar                       |                     |
| RC005 | Gestão e fiscalização do contrato             | Paralisação da cidade (Lockdown), região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a questões sanitárias ou climáticas, bem como no local de recebimento.   | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Dificuldade da aquisição de matéria-prima; 2. Atrasos ou a não entrega dos bens; 3. Não implementações de ações   | Compartilhado                     | 2- Baixa       | 3- Moderado | Risco Moderado            | Aceitar                       |                     |
| RC006 | Fase preliminar da contratação - Planejamento | Ausência de padronização de especificações para objetos rotineiros   | Poderá ocorrer inconsistências nas análises processuais                       | 1. Não conformidade dos equipamentos a serem contratados com a necessidade do beneficiários.<br>2. Perda na eficiência na aplicação dos recursos públicos e redução da efetividade da ação.<br>3. Contratação de equipamentos defasados. | Contratante                       | 2- Baixa       | 2- Pequeno  | Risco Baixo               | Aceitar                       |                     |
| RC007 | Seleção de fornecedores e contratação         | Empresa vencedora contratada incapaz de executar o contrato.   | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de  | Contratada                        | 2- Baixa       | 3- Moderado | Risco Moderado            | Aceitar                       |                     |
| RC008 | Seleção de fornecedores e contratação         | Recusa de assinatura do contrato/Ata de Registro de Preço por parte da empresa (Empresa confirmar o preço licitado)  | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Atrasos do processo licitatório e não atingindo o fim da Codevasf. 2. Licitação fracassada.   | Contratada                        | 1- Muito baixa | 3- Moderado | Risco Moderado            | Aceitar                       |                     |
| RC009 | Gestão e fiscalização do contrato             | Entrega de equipamentos fora da especificação, com qualidade inferior.   | Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços | 1. Exposição negativa da Codevasf pós doação em função dos equipamentos de qualidade duvidosa. 2. Equipamentos   | Contratada                        | 3- Média       | 4- Grande   | Risco Alto                | Aceitar                       |                     |

\*Observação: Ocultar as linhas que não for utilizar para imprimir de forma correta.

|  |                                  |
|--|----------------------------------|
| <b>COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE</b> |                                  |
| Nome:  | Hermano Luiz Carvalho dos Santos |
| Lotação:   | AR/GDT/UJPA                      |

|  |                       |
|--|-----------------------|
| <b>ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE</b> |                       |
| Nome:  | Tadeu de Campos Ramos |
| Lotação:   | AR/GDT/UJPA           |
| Nome:  |                       |
| Lotação:   |                       |
| Nome:  |                       |
| Lotação:   |                       |
| Nome:  |                       |
| Lotação:   |                       |

|             |                                   |
|-------------|-----------------------------------|
| LOCAL/DATA: | Brasília-DF, 08 de agosto de 2025 |
|-------------|-----------------------------------|



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

**NÚMERO:** 004/2025 –AR/GDT

**DATA:** 06/08/2025

**PROCESSO n°:** 59500.002775/2025-98

### 1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE: AR/GDT

### 2. REFERÊNCIA

Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, de ração para piscicultura do estado do Amapá.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A empresa atua em 15 estados e no Distrito Federal, abrangendo as bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe (Figura 1).

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial, por meio da Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos produtivos.

Nessa perspectiva, as atividades produtivas são apoiadas e estruturadas, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais (APLs). Os APLs são atividades estruturadas, com um número significativo de empreendimentos no território onde indivíduos atuam em torno de uma atividade produtiva predominante compartilhando formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo incluir pequenas, médias e grandes empresas.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) constituem a base da solução, sendo estruturados para apoiar e organizar as atividades produtivas no território. Através dos APLs, buscamos criar um ambiente favorável para o desenvolvimento econômico regional, promovendo a cooperação entre diferentes atores do setor produtivo. Os APLs são caracterizados por um número significativo de empreendimentos localizados no mesmo território, que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante. Esses empreendimentos incluem pequenos e médios produtores, que, juntas, formam uma rede interconectada. Essa estrutura permite uma organização mais eficiente e eficaz das atividades produtivas, promovendo sinergias e otimização de recursos.

Um dos pilares dos APLs é a cooperação entre os diversos empreendimentos e atores envolvidos. As empresas dentro do arranjo compartilham formas percebidas de cooperação, que podem incluir desde a troca de informações e conhecimentos até a realização de projetos conjuntos. Além disso, os APLs são regidos por mecanismos de governança que asseguram a coordenação e a gestão das atividades produtivas. Esses mecanismos podem ser formados por conselhos, associações ou outras entidades representativas que garantem a participação e o comprometimento dos diferentes membros do arranjo.

A implementação dos APLs requer uma abordagem integrada que considere as especificidades do território e das atividades produtivas predominantes, garantindo recursos e infraestrutura necessários para seu funcionamento. Essa descrição fornece uma visão geral da solução baseada nos APLs, destacando sua estrutura, cooperação, governança e os benefícios esperados para as atividades produtivas locais.

As ações da Codevasf que apoiam os APLs visam estruturar a produção nas cadeias produtivas notadamente na agricultura familiar, de modo a promover a melhoria das condições de produção, e consequentemente melhorar as condições de vida da população com geração de emprego e renda, uso racional e sustentável dos recursos naturais, dentre outros (Figura 2).



Figura 1 - Algumas das atividades produtivas apoiadas pela Codevasf

Vale destacar que, por se tratar de ações dinâmicas, o apoio aos APLs ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da Codevasf tendo em vista que as atividades produtivas, como a produção de alimentos, estão em constante modernização e adequação às necessidades da população local, nacional e mundial.



### 3.1 OS KITS DE AQUICULTURA COMO UMA SOLUÇÃO INTEGRADA

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) oferece kits de aquicultura como uma estratégia estruturada para impulsionar a piscicultura em pequena e média escala, especialmente em regiões com potencial hídrico. Esses kits são projetados para atender diferentes etapas da cadeia produtiva, desde a criação até o beneficiamento e comercialização, promovendo sustentabilidade, geração de renda e segurança alimentar. Os kits não apenas fortalecem a economia local, mas também contribuem significativamente para a redução das desigualdades regionais, ao proporcionar condições adequadas para o aumento da produtividade e garantem a produção de alimentos com melhor qualidade.

Além dos benefícios econômicos, a iniciativa enfatiza políticas de responsabilidade ambiental ao utilizar tecnologias que minimizam o impacto ecológico e promovem a sustentabilidade dos recursos naturais. Dentro desse ecossistema integrado, os kits de ração merecem destaque por assegurarem a viabilidade técnica e econômica da atividade. A inclusão de ração de qualidade nos kits reduz a dependência de alimentação suplementar, aumenta a taxa de conversão alimentar e eleva a produtividade, tornando a aquicultura uma alternativa economicamente viável e sustentável para pequenos produtores.

Os kits de aquicultura da Codevasf representam um modelo integrado e adaptável, combinando infraestrutura, tecnologia e insumos essenciais como a ração. Essa abordagem não apenas fortalece a cadeia produtiva, mas também democratiza o acesso à piscicultura, alinhando desenvolvimento regional à conservação dos recursos hídricos.

A presente solução visa a necessidade de aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), de rações para sustentabilidade da atividade da piscicultura no estado do Amapá. De acordo com especificações técnicas da Codevasf, a escolha da ração para piscicultura deve considerar o estágio de vida dos peixes (ciclo produtivo) e o tipo de cultivo (tanques-rede ou viveiros escavados).

Recomenda-se que a alimentação dos peixes deve ser ajustada conforme seu estágio de desenvolvimento. A proteína bruta (PB) diminui ao longo do ciclo produtivo, variando de 45% (fase inicial para alevinos) a 32% (fase de engorda). Já a granulometria da ração aumenta progressivamente, partindo 0,8 mm (pós-larvas) até 8 mm (peixes adultos), adequando-se ao tamanho da boca e às necessidades nutricionais em cada fase.

As quantidades e especificações podem sofrer ajustes conforme avaliação da Codevasf, considerando fatores como condições hídricas, espécies cultivadas e características do cultivo (tanques-rede ou viveiros escavados). Essas adaptações visam garantir eficiência alimentar, crescimento adequado e sustentabilidade da produção.

Neste aspecto, a Codevasf, ao implementar esta solução, cumprirá seu dever institucional com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A aquisição por meio de SRP garante flexibilidade e agilidade nas compras, atendendo às necessidades específicas de cada região de forma integrada e coordenada.

Espera-se que por meio da distribuição dos kits, dezenas de famílias sejam diretamente beneficiadas, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e promovendo a inclusão social.



#### **4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A elaboração deste estudo visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, em SRP - Sistema de Registro de Preços – Menor preço, visando à contratação de fornecimento, transporte, carga e descarga de rações para uso em atividades de aquicultura, com vistas a atender a demanda do estado do Amapá/AP que se destina ao desenvolvimento de atividades aquícolas, na área de atuação da Codevasf.

A demanda contínua por esses insumos é evidenciada pelo esgotamento quase total dos saldos das atas de registro de preços anteriores, confirmando a necessidade persistente e crescente por tais iniciativas. A contratação para aquisição dos kits de ração visa atender esta demanda e garantir a continuidade e expansão das atividades produtivas.

Nesse contexto, a produção aquícola destaca-se como atividade com potencialidade ao desenvolvimento e integração social dentro da área de atuação da Codevasf. Por meio das constantes visitas dos técnicos da Codevasf, percebeu-se a necessidade de doações de kits de rações que auxiliarão nas etapas do desenvolvimento da cadeia produtiva.

De acordo com os dados publicados no Anuário da Piscicultura da Peixe BR (2024) a produção e o cultivo peixes cresceu 3,1%, foram mais de 887 mil toneladas comercializadas em 2023. A tilápia continua a ser o peixe mais cultivado no país, em 2023 foram produzidas 579.080 toneladas, volume que representa 29,7% (PEIXE BR, 2024). A produção de peixes nativos em 2023 chegou a 263,479 toneladas com uma participação na produção total de 29,7% (PEIXE BR, 2024).

A aquicultura no estado do Amapá tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, impulsionada pela produção de espécies como pirapitinga, lambaqui, tambaqui, pirarucu e tilápia. Esta última foi recentemente autorizada para produção através da Lei nº 3.095, de 28 de junho de 2024, que estabelece a Política de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura no estado. Nos últimos 10 anos, a aquicultura cresceu 15%, saindo de 452 toneladas em 2020 para 520 toneladas em 2022, com expectativa de expansão contínua, especialmente com o fomento à produção de espécies exóticas como a tilápia e a implantação de estações para produção de formas jovens de peixes nativos (3R CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., 2025)

Apesar do crescimento, a aquicultura ainda representa uma parcela pequena na economia do estado, contribuindo com apenas 0,7% do PIB estadual, juntamente com a pesca e a produção florestal. No entanto, estudos indicam que, com políticas adequadas de ordenamento e monitoramento, a cadeia produtiva do pescado pode representar até 9% do PIB do Amapá até 2035 (3R CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., 2025). De acordo com o estudo realizado, a aquicultura no Amapá, especialmente a piscicultura, está em fase de desenvolvimento, com potencial para crescimento sustentável. Municípios como Tartarugalzinho, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio já possuem infraestrutura básica,



enquanto outros ainda precisam de investimentos para consolidar a atividade. A tilápia, recentemente autorizada, pode se tornar um impulsionador da produção aquícola no estado, desde que acompanhada de políticas públicas eficientes e investimentos em tecnologia e infraestrutura.

A cadeia produtiva da piscicultura no estado do Amapá enfrenta uma série de entraves que comprometem o seu desenvolvimento e a competitividade frente a outros estados produtores do Brasil. Os custos elevados de ração representam um gargalo significativo para a produção local de piscicultura porque a alimentação dos peixes é, disparadamente, o principal componente do custo de produção, podendo representar entre 70% e 80% do total dos gastos dos produtores aquícolas (EMBRAPA, 2022).

Além disso, os preços das rações são fortemente influenciados pelo custo das matérias-primas, como milho e soja, que vêm sofrendo aumentos expressivos devido a fatores como demanda internacional, problemas logísticos, crises energéticas e eventos climáticos adversos. Em regiões como o Amapá, onde a produção local de ração é limitada ou inexistente, a necessidade de importar o insumo de outros estados encarece ainda mais o produto, devido ao custo do frete e à logística complexa.

Esse cenário reduz a margem de lucro dos piscicultores, dificulta a expansão da produção e pode até inviabilizar a atividade para pequenos produtores, que não conseguem repassar os custos ao consumidor final. Em última instância, a dependência de ração cara e de difícil acesso compromete a competitividade da piscicultura local frente a outras regiões onde o insumo é mais barato e acessível.

A necessidade de realização de licitação pela Codevasf para a compra dos kits de aquicultura, incluindo rações para a piscicultura no Amapá, decorre de fatores legais, operacionais e do contexto produtivo local. No contexto da piscicultura do Amapá, a licitação para aquisição de kits de aquicultura, especialmente rações, é ainda mais relevante diante dos gargalos estruturais já identificados. O alto custo da ração é o principal entrave da produção local, representando até 80% do custo total da atividade. A carência de fábricas regionais e a dependência de insumos importados de outros estados elevam o preço final, prejudicando a competitividade dos produtores locais.

A realização da licitação pela Codevasf permite a aquisição em maior escala, com potencial de redução de custos unitários por meio da economia de escala, além de garantir a regularidade no fornecimento do insumo. Isso contribui para mitigar um dos principais gargalos da cadeia produtiva, promovendo maior acesso dos piscicultores à ração de qualidade e a preços mais acessíveis, fortalecendo a produção local e estimulando o desenvolvimento do setor. Portanto, a licitação é fundamental não apenas por exigência legal, mas como instrumento estratégico para viabilizar políticas públicas de apoio à piscicultura, reduzir custos e superar os obstáculos históricos da cadeia produtiva no Amapá.



## 5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais objeto desta contratação se classificam como **bens comuns** para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso. Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP considerando a conveniência da aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, atendimento a mais de uma Superintendência Regional da Codevasf através de adesão, flexibilidade para contratações ao longo do ano com vistas ao atendimento de demandas dinâmicas.

Quando da contratação da empresa para os fornecimentos, a mesma deverá garantir a qualidade ou o desempenho (performance) do material/insumo. Dentre os padrões mínimos de qualidade e desempenho requisitados, deverão ser cumpridas as especificações técnicas conforme o Quadro 1.

**Quadro 1 – Itens a serem licitados.**

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE    |
|------|---|------------|
| 1    | Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg |
| 2    | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg |
| 3    | Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm. Data de validade não inferior a 6 meses.  | saco 25 kg |
| 4    | Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm. Data de validade não inferior a 6 meses. | saco 25 kg |

Estes são os requisitos mínimos definidos como adequados à garantia do bom desempenho dos insumos e à eficiência da produção, considerando ainda a relação custo benefício, para estruturar as atividades da aquicultura aos beneficiários.

A contratada deverá ainda investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

## 6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As atividades apoiadas pela Codevasf têm grande potencial para contribuir com o desenvolvimento das regiões. Essas regiões apresentam grandes potencialidades para seu desenvolvimento pleno, as quais ainda não foram totalmente exploradas, assim as doações poderão promover a inclusão produtiva das famílias e consequentemente a geração de renda e a dinamização da economia local.



Conforme exposto e levantamentos realizados pela Codevasf, assim como as ações planejadas para o exercício, os quantitativos estimados para contratação se encontram no Quadro 2.

**Quadro 2 - Quantitativos estimados para contratação.**

| DESCRIÇÃO  | UNIDADE    | QUANTIDADE |
|--|------------|------------|
| Ração extrusada para peixe onívoro 36% PB – Proteína Bruta Mín: 36% , granulometria 2 a 4 mm.  | saco 25 kg | 1.200      |
| Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 4 a 6 mm.  | saco 25 kg | 5.000      |
| Ração extrusada para peixe onívoro 32% PB – Proteína Bruta Mín: 32% , granulometria 6 a 8 mm.  | saco 25 kg | 7.000      |
| Ração extrusada para peixe onívoro 28% PB – Proteína Bruta Mín: 28% , granulometria 8 a 10 mm.<br>Data de validade não inferior a 6 meses. | saco 25 kg | 7.000      |

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Após a definição do objeto e dos requisitos da contratação, foi realizado o levantamento de mercado. O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, não se tratando de demanda exclusiva ou estranha para o mercado. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresas cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido, que é de baixa complexidade.

Dentre as alternativas de equipamentos existentes no mercado, foram selecionados para a licitação os que mais se enquadram nas necessidades da Administração em termos de desempenho, qualidade, custo-benefício, tempo de entrega, quantidade de fornecedores, em face da eficiência, não se observando tecnologias ou inovações que melhor atendessem à solução proposta.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A pesquisa de preços para a estimativa do valor máximo da licitação foi realizada com base nos normativos vigentes:

- Regimento Interno da Codevasf;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021;
- Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (N-440), conforme Resolução nº 611/2025 – Codevasf.

Foram coletados preços junto a fornecedores do mercado, tabelas de referência (quando aplicáveis), além da análise de licitações públicas disponíveis no Painel de Preços do Governo Federal.



Para a análise de custo, os preços unitários foram estimados por método estatístico-matemático aplicado em série, desconsiderando os valores considerados inexecutáveis, excessivamente elevados ou inconsistentes, conforme critérios definidos pela área técnica responsável.

De acordo com a estimativa preliminar de preços, e conforme previsto no Plano Anual de Contratações da Codevasf – 2025, o valor total estimado para esta contratação é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)<sup>1</sup>.

Este valor corresponde à previsão orçamentária destinada à aquisição de ração para peixes no estado do Amapá, conforme registrado no Plano Anual de Negócios (PAN 2025), integrando as ações de inclusão produtiva sustentável promovidas pela Companhia e visa atender a demanda de fornecimento de rações para atividades de aquicultura no estado do Amapá, no âmbito do apoio à inclusão produtiva sustentável, conforme especificado neste Estudo Técnico Preliminar.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Justifica-se o não parcelamento da solução, isto é, a licitação em grupo, por assim promover eficiência para a Administração Pública tendo em vista maior vantajosidade econômica, ganho em escala e o atendimento à necessidade de fornecimento dos itens em conjunto para que as ações atinjam o objetivo proposto.

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos são similares ou correspondentes entre si, já as contratações interdependentes são aquelas que por guardarem relação direta na execução do objeto devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

## 11. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO

O planejamento é instrumento essencial da Administração Pública para garantir governança, gestão eficiente e adequada aplicação dos recursos públicos. A contratação em questão está prevista no **Plano Anual de Contratações 2025 da Codevasf**<sup>2</sup>, aprovado na 359ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, conforme Processo nº 59500.000873/2025-91-e.

Consta também do **Plano Anual de Negócios – PAN 2025 – 2ª Etapa (Pós-PLOA)**<sup>3</sup>, que detalha os projetos a serem executados pela Companhia, considerando as diretrizes institucionais, o orçamento efetivamente aprovado e a necessidade de atendimento às demandas territoriais. O PAN é complementado pelo **Planejamento Estratégico Institucional 2025–**

<sup>1</sup> [https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento\\_anual\\_de\\_contratacoes](https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento_anual_de_contratacoes)

<sup>2</sup> [https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento\\_anual\\_de\\_contratacoes/planejamento-anual-de-contratacoes-2025-codevasf.pdf/view](https://licitacoes.codevasf.gov.br/licitacoes/planejamento_anual_de_contratacoes/planejamento-anual-de-contratacoes-2025-codevasf.pdf/view)

<sup>3</sup> <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/planejamento-programas-planos-e-cartas/planos/plano-anual-de-negocios/plano-anual-de-negocios-pan-2025-2a-etapa-pos-ploa.pdf>



2030<sup>4</sup>, o qual orienta os objetivos estratégicos da empresa em alinhamento com a Lei nº 13.303/2016 e possui as seguintes linhas de negócios:



Fonte: PEI 2025-2030

A presente contratação visa fomentar a **inclusão socioprodutiva sustentável**, atendendo comunidades aquícolas por meio da aquisição de ração para piscicultura. Essa iniciativa está inserida na estratégia institucional de apoiar Arranjos Produtivos Locais (APLs), especialmente no Estado do Amapá, conforme previsto no quadro de relacionamento dos temas estratégicos com os respectivos Objetivos Estratégicos:

| #  | PERSPECTIVA                | TEMA               | COD_OE  | OBJETIVO ESTRATÉGICO   |
|----|----------------------------|--------------------|---|--|
| 1. | Gestão e Governança        | Pessoas            | OE1   | Aprimorar a Gestão de Pessoas e a Qualidade de Vida                  |
|    |                            | Tecnologia         | OE2   | Promover a Modernização Tecnológica e a Transformação Digital        |
|    |                            | Processos Internos | OE3   | Fortalecer a Governança, Gestão de Riscos e Integridade              |
|    |                            |                    | OE4   | Garantir a Gestão Estratégica Institucional e o Incentivo à Inovação |
|    |                            |                    | OE5   | Buscar a Excelência na Gestão de Recursos Administrativos            |
|    |                            |                    | OE6   | Otimizar a Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil                |
|    | Políticas Públicas         | Planejamento       | OE7   | Planejar com Base em Estudos Territoriais e Demandas da Sociedade    |
|    |                            | Segurança Hídrica  | OE8   | Buscar a Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento            |
|    |                            |                    | OE9   | Aperfeiçoar as Operações Hidroagrícolas                              |
|    |                            | OE10               | Fortalecer a Infraestrutura Hídrica em alinhamento com as políticas de convivência com a Seca |  |
| 2. | Inclusão Socioprodutiva    | OE11               | Contribuir para a Promoção da Inclusão Socioprodutiva   |  |
|    |                            | OE12               | Promover a Mecanização & Modernização Territorial   |  |
|    |                            | OE13               | Qualificar a Infraestrutura e a Logística Urbana e Rural para o escoamento da Produção        |  |
|    | Agricultura Irrigada       | OE14               | Desenvolver a Agricultura Irrigada Sustentável  |  |
|    |                            | OE15               | Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação                                    |  |
|    |                            | OE16               | Modernizar e Inovar em Projetos de Irrigação  |  |
|    | Sustentabilidade Ambiental | OE17               | Promover o Manejo Sustentável de Recursos Naturais  |  |
|    |                            | OE18               | Garantir a Conformidade Ambiental nas iniciativas organizacionais                             |  |
|    |                            | OE19               | Promover a Revitalização das Bacias Hidrográficas   |  |

Fonte: PEI 2025-2030

No contexto do **Planejamento Estratégico Institucional 2025–2030**, a contratação está alinhada ao **Indicador Estratégico OE11 – Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva**, que compõe o tema estratégico de **Inclusão Socioprodutiva**.

<sup>4</sup> <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/governanca/planejamento/planejamento-estrategico-institucional-pei>



Portanto, a contratação ora proposta está plenamente alinhada com os instrumentos de planejamento tático e estratégico da Codevasf, promovendo a efetividade das políticas públicas e o desenvolvimento regional sustentável.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com as contratações, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como a melhoria na qualidade de vida de famílias em diversos municípios da área de atuação da Codevasf, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. Poderão ser beneficiadas diretamente 50 famílias (Quadro 4) por meio do fornecimento de equipamentos e materiais destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas. O Quadro 4 apresenta o quantitativo de famílias poderão ser beneficiadas por kit doado em cada estado.

Desta forma, a empresa poderá cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive observando-se as políticas de responsabilidade ambiental.

**Quadro 4 – Famílias beneficiadas por kit em cada estado.**

| ESTADO       | KIT   | QUANTIDADE | FAMÍLIAS BENEFICIADAS |
|--------------|-------|------------|-----------------------|
| Amapá        | Ração | 50         | 50                    |
| <b>TOTAL</b> |       | <b>50</b>  | <b>50</b>             |

## 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Previamente à celebração do contrato, não serão necessárias adaptações no ambiente da empresa, como espaços físicos, estrutura organizacional, sistema de informação, processos de trabalho, nem obtenção de licenças, outorgas ou autorizações. Deverão ser providenciadas capacitações dos empregados visando atualização em fiscalização e gestão contratual.

## 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação se mostra viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação, tendo em vista ainda as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias, consoante com a missão da Codevasf em promover o desenvolvimento regional.



**RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES**

**Hermano Luiz Carvalho dos Santos**  
**AR/GDT/UPA – Chefe**

**DE ACORDO**

**Walber Santana Santos**  
**AR/GDT – Gerente**

**José Vivaldo Souza de Mendonça Filho**  
**Diretor da Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial**

---

**APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE**



## REFERÊNCIAS

3R CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. **Diagnóstico da Pesca e Aquicultura no Estado do Amapá.** Relatório Técnico, Projeto BRA/IICA/23/002 – MIDR\_GOVERNANÇA REGIONAL E TERRITORIAL, Contrato nº 22400016, fevereiro de 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PISCICULTURA - PEIXE BR. **Anuário 2024.** 2024 Disponível em: <https://www.peixebr.com.br/anuario/>. Acesso: 03 jul. 2024.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAIBA – CODEVASF. Área de atuação – Apresentação. 2023. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/apresentacao>. Acesso em 20 jun. 2025.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAIBA – CODEVASF. **Plano Anual de Negócios - PAN 2025 Pós Loa – 3ª Etapa.** Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/planejamento-programas-planos-e-cartas/planos/plano-anual-de-negocios/plano-anual-de-negocios-2013-pan-2025-3a-etapa-pos-loa-e-pan-2026-1a-etapa-pre-ploa.pdf>. Acesso: 27 jul. 2025.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Estratégico Institucional: 2025-2030. 2024.** Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/planejamento-programas-planos-e-cartas/planejamento/planejamento-estrategico-institucional/planejamento-estrategico-institucional-2025-2030.pdf>. Acesso: 27 jul. 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Ração ainda é o principal custo de produção da aquicultura. Embrapa, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/16967394/racao-ainda-e-o-principal-custo-de-producao-da-aquicultura>. Acesso em: 26 jun. 2025.